



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003244-80.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cautelar Inominada - Medida Cautelar**
 Requerente: **JOÃO CARLOS PERIOTTO**
 Requerido: **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação declaratória de inexigibilidade de multas de trânsito c/c cancelamento de pontuação e tutela antecipada, proposta por **JOÃO CARLOS PERIOTTO** contra o **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM – D.E.R.**

Alega o requerente que, no dia 09/11/2013, às 21h30, envolveu-se em um acidente de trânsito, ocasião em que foi autuado por conduzir veículo sob a influência de álcool em nível superior ao permitido. Afirma que os policiais que lavraram a infração, o fizeram sem qualquer prova, pois foi periciado por médico legista, que teria atestado a negativa de alcoolemia. Sustenta não ter havido a apreensão de sua habilitação, o que comprovaria a inexistência da infração e argumenta que se feriu no acidente, o que teria gerado aos policiais a impressão de estado de embriaguez, pois estava atordoado quando saiu do veículo e não embriagado. Requer a antecipação dos efeitos da tutela para que o requerido se abstenha de manter qualquer bloqueio sobre o seu veículo, impedindo o licenciamento, bem como a transferência e a anotação dos pontos em seu prontuário, independentemente do pagamento de multa até o final julgamento da presente demanda. Requer a procedência da ação para o fim de se declarar a nulidade do auto de infração, com todos os seus reflexos, e a condenação do requerido ao pagamento das custas e honorários. Com a inicial vieram os documentos de fls. 8/20.

Pela decisão de fls. 21/22 se indeferiu a tutela antecipada.

Cópia do inquérito policial às fls. 30/91.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Contestação às fls. 98/102, que, aparentemente, diz respeito a outro fato, tendo o requerido alegado, preliminarmente, ilegitimidade passiva e, no mérito, afirmou a presunção de legalidade e veracidade do ato administrativo.

Manifestação à fl. 110.

Saneador às fls. 111/112.

Termo da audiência de instrução debates e julgamento às fls. 163/167.

Alegações finais pelas partes às fls. 169/174 (autor) e fls. 175/177 (réu).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Pretende o autor a nulidade do auto de infração 1E251461-2, lavrado por incursão ao art. 165 do CTB. Sustenta não ter ingerido bebida alcoólica no dia do acidente, argumentando que o seu teste de alcoolemia, realizado no IML, teria resultado negativo, razão pela qual o auto de infração deveria ser anulado.

A prova oral produzida, contudo, não autoriza que se acolha a sua tese.

Ouvido em audiência, afirmou que após o jogo de futebol seguiu para a casa de seu primo para combinar uma viagem para o exterior e que, na volta, ao após ultrapassar um veículo, passou por cima de alguma coisa, que pode ter sido o baú de uma moto e, assustado, perdeu o controle do veículo e foi parar no canteiro. Afirmou, ainda, não fazer uso de álcool devido a problemas de saúde como hipertensão e labirintite e que se recusou a efetuar o exame de bafômetro porque estava praticamente preso dentro do veículo e não realizou o exame de sangue, por recomendação de sua esposa, por causa de sua pressão que é alterada, bem como por ter aversão a agulha. Narrou, também, que não exalava cheiro de álcool após o acidente, mas cheiro de sangue, devido aos cortes que sofrera em sua boca e que não houve colisão, mas se lembra de ter ultrapassado o gol que estava à sua frente e posteriormente de ter passado por cima de alguma coisa.

A testemunha **José Carlos Silvatti**, por ele arrolada, afirmou que o conhece e sabe que não bebe, embora já o tenha visto bebendo socialmente há muitos anos. Narrou, ainda, que após o futebol, por volta das 18h00-18h30, cada um seguiu para o seu caminho, sendo que o autor teria ido à casa de um primo. Afirmou não frequentar eventos sociais com o autor, tendo contato com ele por ocasião dos jogos no clube e que lá às vezes o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pessoal do futebol bebe, mas é difícil porque não se pode mais beber e dirigir.

Luiz Carlos Mazzuco, por seu turno, afirmou que no dia dos fatos o autor não tinha bebido e que sabe que ele faz uso de medicamento e que por tal razão não pode ingerir bebida alcoólica.

Sidnei Aparecido Gonzalez, também arrolado pelo autor, disse não saber quando aconteceu o acidente, mas que no sábado jogaram futebol, no Country Clube, onde permaneceram até por volta das 17h00 – 18h00 e que saíram juntos do local, mas cada um tomou o seu caminho. Informou, ainda, que após o jogo os jogadores se reúnem para beber, mas que o autor não bebe devido a problemas de pressão.

Já **André Luis Corusse**, policial que atendeu a ocorrência, disse que se aproximou do carro onde se encontrava o autor, permanecendo com ele enquanto estava sendo socorrido e que percebeu sinais de embriaguez, pois ele tinha voz pastosa, odor etílico e olhos totalmente avermelhados. Sustenta que quando o autor chegou ao plantão policial ainda estava embriagado e que o acompanhou até chegada ao pronto socorro e conversou com o médico que o atendeu no hospital, o qual teria dito que ele estava alcoolizado e não embriagado, sendo que ele tomou medicação e já tinha passado bastante tempo desde o horário do acidente.

Ronival Aparecido Duarte Estival, também policial que atendeu a ocorrência, disse que foi acionado para socorrer um acidente de trânsito e que havia duas pessoas já falecidas, sendo que o cidadão estava aparentemente embriagado: olhos avermelhados, voz pastosa e odor etílico, o tendo acompanhado até o final da ocorrência, sendo que ele foi encaminhado para a consulta médica muito tempo depois do acidente, pois a ocorrência é demorada e não sabe dizer se os sinais de embriaguez teriam desaparecido. Relatou, ainda, que o autor se recusou a fornecer amostras de sangue e a realizar o teste do bafômetro, bem como que, pela experiência policial, apoiando-se em sinais notórios, ele estava embriagado, havendo na polícia relatório no qual se especifica os sinais notórios da embriaguez.

Thiago Ricardo Nunes da Silva Roiz, testemunha do juízo, afirmou ter visto o carro do autor estacionado em frente ao bar do Varjão e que, quando voltava para cidade, na rotatória do trevo, visualizou que o veículo dele estava atrás do seu, aguardando



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

para adentrar à pista e que ao adentrar na rodovia ficou observando o veículo dele pelo retrovisor e, quando percebeu, ele já estava atrás do seu, em alta velocidade, tendo que sair para o acostamento para não sofrer uma colisão, ocasião em que o veículo do autor colidiu com a motocicleta que estava à sua frente, arremessando o motorista e sua passageira ao solo e que, logo atrás do autor, vinha um veículo gol que atropelou um dos corpos. Disse que não conversou pessoalmente com o autor, mas o viu falando no celular após o acidente, momento em que foi socorrer as vítimas.

Ainda que as testemunhas arroladas pelo autor tenham afirmado que ele não ingeriu bebida alcoólica no clube, nenhuma delas o teria acompanhado até a casa do primo, que ele alega ter visitado após o jogo, havendo um longo espaço de tempo até o momento do acidente.

Ressalte-se, também, que, de acordo com a notificação de fls. 13, o acidente ocorreu às 21:30 do dia 09/11/13 e o Boletim de Ocorrência foi iniciado às 00:08 e finalizado às 4:50, sendo que o autor, antes de ir ao plantão policial, passou pela Santa Casa. Por isso, não se sabe a que horas foi submetido ao exame "clínico de constatação de embriaguez" mencionado no B.O (fls. 20), o que pode ter ocorrido somente várias horas após os fatos, alterando os resultados, pois os policiais foram categóricos quanto ao seu estado de embriaguez, a testemunha Thiago viu o seu veículo em um bar e a sua conduta quando adentrou na rodovia também denota comportamento anormal, para uma pessoa que esteja sóbria, não tendo ele apresentado nenhuma justificativa plausível para o acidente.

Ademais, se recusou a efetuar o exame de bafômetro e coleta de sangue atitudes que, embora configurem um direito, dentro do contexto sinalizam que possivelmente estava tentando acobertar o seu estado, sendo que a prova da embriaguez pode ser aferida pelos testemunhos dos policiais a teor do disposto no § 2º, do art. 306, do CTB.

Anote-se, por fim, que existe a presunção de legitimidade dos atos administrativos, que os considera legítimos até prova em contrário, que deve ser realizada pela parte a quem aproveita sua desconstituição. O autor não se desincumbiu de seu ônus probatório, permanecendo legítimo o ato administrativo constituído através do auto de infração 1E251461-2.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, e IMPROCEDENTE o pedido, com fundamento no artigo 269, I do CPC. Pela sucumbência, responderá o autor pelas custas e despesas judiciais, e honorários advocatícios que fixo por equidade em R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais).

P.R.I.C

São Carlos, 24 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**